

## Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho

### Gender focus and the relationship between health and work in the context of productive reorganization and underemployment

Jussara Cruz de Brito <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rua Leopoldo Bulhões 1480, Rio de Janeiro, RJ 21045-900, Brasil.

**Abstract** *This article analyzes the issue of workers' health in the context of productive reorganization, based on the sexual division of labor and gender relations. The author begins with a discussion of cross-cutting issues and moves on to analyze current trends: the increase in female labor, its incorporation by multinational companies in the so-called Third World countries, an increase in differences and greater vulnerability vis-à-vis the process involving underemployment and suspension of social labor clauses. Finally, two examples of female labor (in industry and the school system) foster reflection on the effect of productive reorganization on working women's health, highlighting the issue of excessive workloads for women.*

**Key words** *Female Labor; Women's Health; Occupational Health; Gender Relations*

**Resumo** *Neste artigo procura-se analisar a questão da saúde dos(as) trabalhadores(as) frente à reestruturação produtiva, tomando-se, como eixo, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero. Para isso, em um primeiro momento, emprega-se o paradigma da transversalidade. Posteriormente discutem-se as atuais tendências de aumento do trabalho feminino, de sua incorporação pelas empresas multinacionais nos países de terceiro mundo, de acirramento de suas diferenças e de sua maior vulnerabilidade diante do processo que torna precários o emprego e o trabalho. Ao final, dois exemplos de trabalho feminino – na indústria e no setor de educação – contribuem para a reflexão acerca dos efeitos da reestruturação produtiva na saúde da mulher trabalhadora, apontando a problemática do tempo extenso de trabalho.*

**Palavras-chave** *Trabalho Feminino; Saúde da Mulher; Saúde Ocupacional; Relações de Gênero*

## Introdução

Com este texto tem-se por objetivo contribuir com os estudos e as ações associadas à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, desenvolvendo uma análise que toma os conceitos de relações de gênero e de divisão sexual do trabalho como referência. A saúde é expressão de condições sociais, culturais e históricas das coletividades em que o trabalho desempenha papel crucial. O trabalho realizado em nossa sociedade é determinado por complexo entrelaçamento de relações de poder, sociais, econômicas e políticas. Nesse momento de globalização e reestruturação produtiva, aumenta a necessidade de dar um passo na apreensão da realidade vivida pelos (as) trabalhadores (as) não só no ambiente interno de trabalho, como também em seu cotidiano, nos locais de convívio e moradia, ampliando o leque de interrogações e incorporando enfoques que colaborem para a apreensão das desigualdades e heterogeneidades produzidas. Os estudos concernentes à divisão sexual do trabalho e às relações de gênero se inserem nesta perspectiva. Propõe-se que esses conceitos sejam assimilados nas análises que enfocam saúde e trabalho, em virtude de sua capacidade de trazer à tona problemas coletivos que permanecem ocultos quando as diferenças são negadas.

Por intermédio de Borderías & Carrasco (1994) pode-se percorrer o itinerário seguido pelos estudos concernentes ao “trabalho da mulher” nas últimas quatro décadas, contextualizando a construção das análises das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho. As autoras sinalizam que os estudos das décadas de 60/70 acerca do trabalho das mulheres estavam calcados na abordagem da condição feminina – pensada em termos de especificidade – e dos papéis sexuais – analisados como complementaridade de posições sociais –, não evidenciando o caráter relacional. Nos anos 70/80, a reflexão a partir do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero promove verdadeira inversão nessas formas de apreensão, chamando a atenção para a necessidade de entender as relações de trabalho não apenas na esfera econômica, mas levando ao questionamento dos conceitos sociológicos. É nesse sentido que Kergoat desnaturaliza o conceito de qualificação, mostrando que as operárias são adequadamente qualificadas por meio do trabalho doméstico para as funções que exercem na indústria, sem que esse processo informal de qualificação seja reconhecido. Essa nova orientação da análise das especificidades das práticas e culturas femini-

nas tende a privilegiar a subjetividade e as inter-relações produção-reprodução, caminhando para o paradigma da transversalidade das relações sociais de sexo.

A necessidade de questionamento “transversal” é colocada por Pitrou (1979, *apud* Daune-Richard & Devreux, 1990) no final da década de 1980, quando aponta a questão da dinâmica do sistema social global, enunciando as imbricações entre o sistema de produção e o sistema familiar. Kergoat (1996), em artigo do mesmo período, parte de uma crítica à “sociologia da dominação” e propõe a construção de uma “sociologia das relações de sexo”, frisando que a divisão técnica e social do trabalho se justapõe à divisão sexual do trabalho. Segundo esse autor, a definição de relações sociais de sexo repousa em ruptura radical com as explicações biologizantes das diferenças entre as práticas sociais masculinas e femininas e a divisão do trabalho entre os sexos, que é ponto fundamental nessas relações. Isso significa que “*a relação entre os sexos não se esgota na vida conjugal, mas é ativa no lugar do trabalho, enquanto que a relação de classes não se esgota no lugar do trabalho, mas é ativa, por exemplo, na relação com o corpo ou na relação com as crianças*” (Kergoat, 1996:22-23).

No que se refere ao trabalho doméstico, Borderías & Carrasco (1994) observam que a maioria das disciplinas o tem ignorado como objeto de investigação, indicando os estudos dos anos 60 como precedentes quanto a problemas de inadaptação e estresse das donas de casa norte-americanas, relativos ao isolamento, à falta de estímulos, às relações de poder e dependência e suas conseqüências no bem-estar. Ainda nos anos 60 emerge a polêmica a respeito da natureza do trabalho doméstico, na qual esteve em questão a harmonia dos interesses femininos e masculinos defendida pelos marxistas, que apontavam o capitalismo como único beneficiário do trabalho doméstico. Ao final dos anos 70, os estudos concernentes às transformações do trabalho doméstico nas sociedades de consumo – de trabalho estritamente reprodutivo para trabalho relacional – implicaram a necessidade de revisão de categorias analíticas que pudessem dar conta das novas complexidades, destacando-se o conceito de “trabalho familiar”. Refletindo tendências mais recentes de construção de objetos transversais, o conceito de “carga mental” foi cunhado para dar conta da atividade de gestão dos espaços e tempos que está presente no trabalho não remunerado e que também é exigência da conciliação de funções relativas ao trabalho remunerado e não remunerado.

Essa introdução sinaliza a perspectiva de refletir acerca da temática saúde e reestruturação produtiva, referenciando-se em conceito ampliado de trabalho – que abrange o trabalho doméstico – e suas interações com a reprodução social e os modos de vida. Repousa também na apreensão de que a saúde é resultante de relações sociais, de classe e de sexo.

Cabe ressaltar que, no âmbito de estudos específicos da relação saúde/trabalho, a emergência, nos últimos anos, do olhar sobre a mulher trabalhadora tem evidenciado a impossibilidade de separar, analítica e concretamente, os espaços de trabalho e de consumo, o trabalho e o descanso, o trabalho remunerado e não remunerado, apontando novos temas de pesquisa (Noriega, 1995).

Neste artigo vai-se discutir primeiramente o cenário geral do trabalho das mulheres frente à reestruturação produtiva sob o ponto de vista da saúde coletiva. Posteriormente, procurar-se-á articular essa análise com questões descortinadas em dois estudos de casos, desenvolvidos no Rio de Janeiro, com operárias da indústria química e com profissionais de educação. Com isso, espera-se fornecer elementos para dar concretude à revisão teórica efetuada anteriormente, contudo sem estender cada um dos casos. Trata-se, então, de um caminho de elaboração teórica, em que se procura dar sentido a um conjunto de questões aparentemente dissociadas, com vistas à compreensão da dinâmica em curso e seus reflexos na saúde segundo perspectiva de gênero.

## Tendências atuais

Consultando diferentes autores pode-se apontar resumidamente as seguintes tendências mundiais:

- a incorporação de elevada proporção de mulheres em processos produtivos instalados, por empresas multinacionais, em qualquer lugar do planeta onde o custo de produção seja menor e sua conseqüente proletarianização (Benería, 1994);
- a tendência de acirramento da diversidade e heterogeneidade das situações de trabalho dos homens e mulheres tanto em países do Sul como do Norte (Hirata, 1997)
- o aumento crescente do trabalho feminino e a maior vulnerabilidade das trabalhadoras frente à precarização do trabalho (Armstrong, 1995; Antunes, 1997; Hirata, 1997), processo que se reflete seja no aumento do setor informal seja nas modalidades de emprego baseadas em contratos temporários ou em outros regimes atípicos.

## A geografia do produção, a saúde e as relações de gênero

A mobilidade do capital em direção aos países do Terceiro Mundo – principal característica da divisão do trabalho que avança nos anos 80 – é paralelamente seguida pela tendência de concentração do capital nas empresas multinacionais. A forma como isto ocorre é, porém, bastante seletiva, na medida em que não se constata a intensificação esperada do fluxo de capital entre o Centro e a Periferia, podendo-se falar em desconexão forçada entre Norte e Sul (Coutrot & Husson, 1993). Por esse motivo, Coutrot & Husson (1993) salientam que a reestruturação produtiva é acompanhada da reconstituição, sob nova forma, da divisão do mundo entre Centro e Periferia, criando nova base de dependência. Ao Terceiro Mundo está destinado um papel determinado pelas exigências de crescimento dos países mais industrializados, levando a rigorosa seleção das regiões e setores mais suscetíveis de fazer parte dessa dinâmica, abolindo-se a maior parte da espécie humana desse processo. Neste contexto são instauradas novas formas de concorrência, nas quais a melhor formação da mão de obra, a qualidade, a inovação e a velocidade de resposta à demanda tornam-se determinantes da produção e de seu ambiente sócio-institucional em detrimento do fator salário.

Contudo, quando ao capital interessa organizar a produção internacional, tirando vantagem dos baixos salários e da fraca regulamentação do trabalho existentes em países do Terceiro Mundo, há a tendência de as mulheres serem a força de trabalho preferida.

A transferência do trabalho intensivo de indústrias têxtil, de confecção, de brinquedos e de componentes eletrônicos dos países mais industrializados – sobretudo os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão – foi feita, em uma primeira fase, para países do sudeste asiático e de outros, tais como Ilhas Maurício, Chipre e zonas do Brasil e do México. Em uma segunda fase, atingiu a Índia, Indonésia, Tailândia e alguns países latino-americanos – como a República Dominicana e El Salvador – e, mais recentemente, a China. A busca do lugar e do processo de produção mais barato em qualquer região do planeta levou ao que se tem qualificado de “nova preferência pelo emprego das mulheres” e, por sua vez, a sua proletarianização (Benería, 1994).

O fenômeno das zonas francas é exemplo ilustrativo dessa forma de incorporação das mulheres na nova divisão internacional do trabalho. Criadas para atrair capital estrangeiro,